

# Editorial

Vivemos em um mundo que exige cada vez mais profissionais competentes e atualizados. A competência decorre de um bom domínio dos temas clássicos dos inúmeros ramos jurídicos, de permanente importância, já que o direito não se reinventa a cada geração. Mas também exige profissionais atualizados, que percebem não bastar o domínio do conhecimento passado, devendo estar atentos aos desenvolvimentos jurídicos presentes, sejam criações doutrinárias, sejam avanços jurisprudenciais.

Buscando contribuir para essa formação continuada de juízes e juristas, como já vem fazendo há quase cinquenta anos ininterruptos (fundada que foi em 1974), a *Revista da Ajuris*, vinculada ao Centro de Pesquisas “Judiciário, Justiça e Sociedade”, mantido pela Escola Superior da Magistratura, da Associação de Juízes do Rio Grande do Sul – AJURIS, apresenta sua nova edição, a de número 152, correspondente a junho de 2022.

Honrando sua tradição, essa edição aborda inúmeros temas, refletindo os inúmeros aspectos jurídicos que inquietam os juristas e se apresentam à jurisdição, desde **aspectos jurídicos teóricos** (“Do monismo ao pluralismo jurídico: as variações da jurisdição no tocante às fontes de direito em sua temporalidade”, de Alexandre Coutinho Pagliarini e Tatiana Wagner Lauand de Paula Sirena) a **relevantes questões atuais** (“Notas sobre o enfrentamento e o combate à violência contra a mulher no atual contexto brasileiro em face da obra ‘Tudo é Rio’ de Carla Madeira”, de Gabrielle Bezerra Sales Sarlet e Caroline Fockink Ritt; “A governança dos recursos hídricos no nordeste brasileiro”, de Maria Lírida Calou de Araújo e Mendonça e Emília Aguiar Fonseca da Mota), passando pelo **direito digital** (“Os vieses algorítmicos na função decisória dos sistemas de inteligência artificial”, de Gustavo Noronha de Ávila e Thaís Aline Mazetto Corazza; “Constitucionalismo digital brasileiro”, de Giovani Agostini Saavedra e Gabriel Oliveira de Aguiar Borges), pelo **biodireito** (“O contrato de pesquisa clínica e a responsabilidade das partes”, de Márcia Santana Fernandes e Tatiana Seefeld), pelo **direito penal** (“Aplicação da teoria da imputação objetiva em fase pré-processual”, de Ana Cláudia Silva Abreu e Delane Sullivan Laureano; “O teste da proporcionalidade no direito penal e a proibição de proteção insuficiente: uma necessária reconstrução crítica”, de Anízio Pires Gavião Filho e José Francisco Dias da Costa Lyra), pelos **direitos fundamentais** (“Investigação defensiva e direitos humanos fundamentais: o Ministério Público como integrador da verdade”, de Gilson Miguel Gomes da Silva e Paulo César Corrêa Borges; “Estudo de caso do projeto more legal como forma de concretização do direito fundamental à moradia”, de Rogério

Gesta Leal e Guilherme Augusto Faccenda), pela **jurisdição e magistratura** (“O papel das escolas superiores da magistratura estaduais na construção do acesso à justiça, melhoria da prestação jurisdicional e a contribuição para os objetivos de desenvolvimentos sustentáveis”, de Patrícia Medina, Vinícius Pinheiro Marques e Vinícius Fernandes Barboza; “Sobre juízes e leis: teoria do direito e hermenêutica no contexto sociopolítico brasileiro”, de Ricardo Oliveira Rotondano e Antonio Fernandes Neves Junior).

Essa edição vem enriquecida pela variada contribuição da **doutrina estrangeira**: “Valores constitucionales y sociedad digital”, do professor espanhol Augusto Aguilar Calahorro; “Constitucionalismo digital: entre realidad digital, prospectiva tecnológica y mera distopía constitucional”, do também espanhol Prof. Juan Francisco Sánchez Barrilao; “I danni nominali nella teoria delle funzioni della responsabilità civile” da professora italiana Francesca Benatti; “La entrada del constitucionalismo en la era digital. Entre nuevo tipo de ciudadano y nuevo tipo de populismo”, do professor francês Stéphane Pinon.

Sob a forma de **parecer**, divulga-se aprofundado estudo sobre tema de candente atualidade, denominado “A tutela da integridade do processo eleitoral contra a desinformação: entre a retórica eleitoral lícita e a desinformação ilícita”, de Alaor Leite e Ademar Borges.

Como o leitor pode verificar, apesar da diversidade temática, todos os artigos são de permanente atualidade, selecionados por uma ampla gama de competentes revisores, pelo sistema de *double blind review*.

Aos nossos leitores desejamos uma proveitosa leitura.

**Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet,**  
Diretor da Revista

**Prof. Dr. Eugênio Facchini Neto,**  
Coordenador do Conselho Editorial